

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2013

Senhores Acionistas,

A Administração da Metalúrgica Riosulense S.A. apresenta para apreciação e análise, as informações relevantes sobre o desempenho da Companhia durante o exercício de 2013, bem como as demonstrações contábeis do período, acompanhadas de notas explicativas e do parecer da Auditoria Externa.

CONJUNTURA ECONÔMICA

A economia mundial apresentou um crescimento moderado em 2013, estimado em 3% pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo influenciado principalmente pela recuperação da economia dos Estados Unidos e, pela gradual saída da recessão dos países da Zona do Euro. Os países emergentes apresentaram um crescimento estimado médio de 4,7%, sendo que a economia brasileira, por sua vez, o PIB deve apresentar um crescimento aproximado de 2%, resultado este muito modesto se considerarmos as políticas de estímulos econômicos adotadas no decorrer do ano.

Tratando-se do mercado brasileiro, a produção de veículos pesados, principal segmento de atuação da Riosulense, a produção de 2013 foi superior a de 2012 em 43,1%, revertendo assim parte das perdas ocorridas em 2012, quando o mercado foi afetado pela mudança dos motores (EURO 3 para EURO 5).

DESEMPENHO OPERACIONAL

No exercício de 2013 a Receita Operacional Líquida (ROL) totalizou R\$ 135.423 mil, contra R\$ 109.373 mil em 2012, apresentando, portanto, um crescimento de 23,82%.

As vendas internas atingiram R\$ 121.779 mil, o que representou 89,92% da ROL, aumentando 29,88% em relação a 2012. As vendas externas totalizaram R\$ 13.644 mil, atingindo 10,08% da ROL, importando numa queda de 12,61%, comparado ao desempenho de 2012.

O resultado líquido da Companhia ficou negativo em R\$ 6.009 mil, representando 4,44% da ROL. Em 2012 a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 15.549 mil, equivalente a 14,22% da ROL.

Como resultado dos efeitos apresentados anteriormente, o EBITDA atingiu R\$ 19.598 mil, com crescimento de 128,44% sobre o resultado obtido em 2012. A margem do EBITDA atingiu 14,47%, 6,63 ponto percentual acima daquela observada do ano anterior. O indicador EBITDA está adequado a instrução CVM 527 de outubro de 2012, inclusive nas bases comparativas. A adequação não originou diferenças significantes no resultado e históricos apresentados.

Demonstrativo: EBITDA	2012	2013	VAR 2012 2013
Receita operacional líquida	109.373	135.423	23,82%
Custos dos produtos/serviços vendidos	(87.579)	(103.567)	18,26%
Resultado bruto	21.794	31.856	46,17%
(-) Despesas com vendas e distribuição	(12.250)	(14.028)	14,51%
(-) Despesas gerais e administrativas	(9.744)	(7.568)	-22,33%
(+) Outras receitas e despesas operacionais	2.300	2.990	30,00%
Resultado da Atividade	2.100	13.250	530,95%
(+) Depreciação/Amortização	6.479	6.348	-2,02%
EBITDA	8.579	19.598	128,44%
Margem EBITDA (%)	7,84%	14,47%	6,63p.p.

MERCADOS

Mercado Reposição

O mercado de reposição atingiu R\$ 63.946 mil da receita operacional líquida, o que representa 47,22% da ROL, registrando uma evolução de 23,49% em relação a 2012.

Mercado Montadoras

O mercado de montadoras totalizou R\$ 71.477 mil da ROL, e sua representatividade é de 52,78%, registrando um aumento de 24,11% em relação ao ano anterior.

INVESTIMENTOS

Investimentos em Ativos Imobilizados e Intangíveis

Os investimentos realizados no ano de 2013 em ativos fixos e intangíveis, totalizaram R\$ 8.759 mil, que diante dos R\$ 6.063 mil investidos em 2012, representaram um incremento de 44,47%. Os investimentos realizados destinaram-se à adequação do parque fabril, automação e modernização dos processos existentes.

Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2013, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 2.711 mil, ante R\$ 2.208 mil em 2012. Estes investimentos foram destinados ao aperfeiçoamento dos produtos atuais, inovações, desenvolvimento de novos produtos, bem como, para a busca constante de novas tecnologias que possibilitem a melhoria dos processos de usinagem e fundição.

QUALIDADE E MEIO AMBIENTE

O sistema de gestão integrada da Riosulense apresentou em 2013 melhorias significativas em relação a 2012, no âmbito da qualidade, fomos premiados como melhores fornecedores em dois dos principais clientes, além da redução dos índices de defeitos por milhão de peças produzidas (PPM), observado em todos os clientes. Nas questões ambientais os esforços foram conduzidos para redução da geração de resíduos e reaproveitamento de resíduos antes encaminhados para aterros.

RECURSOS HUMANOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

As ações de responsabilidade social da Companhia ultrapassam as exigências legais, traduzindo-se em relevantes iniciativas de cunho social, que visam à melhoria da qualidade de vida de todos. Em 2013 destacam-se as seguintes ações:

- Investimentos em benefícios diretos, totalizando R\$ 6.018 mil, equivalendo, na média, R\$ 5.572 por funcionário;
- Recolhidos o montante de R\$ 42.640 mil em contribuições compulsórias, compreendendo impostos;

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em atendimento a instrução CVM nº 381/2003, informamos que no decorrer do exercício de 2013 os auditores independentes, representados pela empresa Ernst & Young, prestaram apenas serviços de auditoria externa, não tendo eles realizado quaisquer outros trabalhos a Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância as disposições constantes na Instrução Normativa CVM nº480/2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a opinião expressa no Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, emitido em 31 de março de 2013, e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2012.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece o apoio e a confiança que recebeu e têm recebido continuamente dos acionistas, funcionários, clientes, fornecedores e entidades com as quais se relaciona e espera continuar merecendo a mesma confiança no futuro.

A Administração.

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2013	2012
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	45	82
Aplicações financeiras	5	206	41
Clientes	6	20.290	19.500
Estoques	7	23.847	21.375
Impostos a recuperar	8	4.051	3.875
Outros créditos		1.266	1.584
Despesas antecipadas		71	105
Total ativo circulante		49.776	46.562
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	5	385	881
Impostos a recuperar	8	117	112
Depósitos judiciais	18	308	337
Adiantamentos aos administradores	20	1.318	1.311
Tributos diferidos	17.b	1.714	-
		3.842	2.641
Propriedade para investimentos	9	13.678	13.678
Outros investimentos		139	139
Imobilizado	10	117.428	118.783
Intangível	11	493	317
		131.738	132.917
Total ativo não circulante		135.580	135.558
Total do ativo		185.356	182.120

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.
 Balanço Patrimonial
 Em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2013	2012
Passivo circulante			
Fornecedores	12	10.909	17.416
Empréstimos e financiamentos	13	34.567	34.882
Obrigações sociais e trabalhistas	14	47.292	33.395
Obrigações tributárias	15	32.410	20.261
Parcelamento tributário	16	17.506	12.381
Outras obrigações		1.086	2.420
Total passivo circulante		143.770	120.755
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	27.847	37.575
Parcelamento tributário	16	9.916	12.459
Tributos diferidos	17.b	-	1.225
Provisão para litígios	18	3.375	3.649
Total passivo não circulante		41.138	54.908
Total do passivo		184.908	175.663
Patrimônio líquido			
Capital social	19.a	9.214	9.214
Ajustes de avaliação patrimonial	19.b	34.755	36.099
Prejuízos acumulados		(43.521)	(38.856)
Total patrimônio líquido		448	6.457
Total do passivo e patrimônio líquido		185.356	182.120

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação – em R\$

Resultado	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida	21	135.423	109.373
Custos dos produtos/serviços vendidos	22	(103.567)	(87.579)
Resultado bruto		31.856	21.794
Despesas com vendas e distribuição	22	(14.028)	(12.250)
Despesas gerais e administrativas	22	(7.568)	(9.744)
Outras receitas e despesas operacionais	23	2.990	2.300
Resultado antes do resultado financeiro		13.250	2.100
Receitas financeiras	24	3.364	3.389
Despesas financeiras	24	(25.562)	(28.468)
Resultado antes dos impostos		(8.948)	(22.979)
Imposto de renda e contribuição social diferido	17.a	2.939	7.430
Prejuízo do exercício		(6.009)	(15.549)
Prejuízo por ação, básico e diluído (em R\$)			
Ações ordinárias	25	(10,31)	(26,67)
Ações preferenciais	25	(10,31)	(26,67)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação – em R\$

	Nota	2013	2012
Prejuízo do exercício		(6.009)	(15.549)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente		(6.009)	(15.549)
Prejuízo por ação, básico e diluído (em R\$)		(6.009)	(15.549)
Ações ordinárias	25	(10,31)	(26,67)
Ações preferenciais	25	(10,31)	(26,67)

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais

		Capital social integralizado	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido total
Saldos em 1° de janeiro de 2012	Nota	9.214	37.494	(24.702)	22.006
Prejuízo do exercício		-	-	(15.549)	(15.549)
Realização do custo atribuído		-	(2.112)	2.112	-
Realização dos tributos diferidos sobre o custo atribuído		-	717	(717)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		9.214	36.099	(38.856)	6.457
Prejuízo do exercício		-	-	(6.009)	(6.009)
Realização do custo atribuído	19.b	-	(2.036)	2.036	-
Realização dos tributos diferidos sobre o custo atribuído	19.b	-	692	(692)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		9.214	34.755	(43.521)	448

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais

	2013	2012
Atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(8.948)	(22.979)
Ajuste de itens sem desembolso de caixa:		
Depreciação e amortização	6.352	6.479
Provisão para devedores duvidosos	729	832
Provisão para estoques obsoletos	255	260
Provisão para litígios	(274)	1.794
Juros e variação cambial	22.527	24.979
Baixas de imobilizado	1.685	585
Ajustes de capital de giro:		
Redução/(aumento) de clientes	(1.519)	3.479
Redução/(aumento) dos estoques	(2.727)	(93)
Redução/(aumento) de outros ativos	193	1.250
Aumento/(redução) de fornecedores	(7.863)	(402)
Aumento/(redução) de obrigações sociais e trabalhistas	9.873	8.615
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	12.541	10.763
Aumento/(redução) de outras variações de passivos	(1.334)	1.141
Juros pagos	(14.720)	(17.435)
Fluxo de caixa originado de atividades operacionais	16.770	19.268
Atividades de investimentos		
Resultados de venda de imobilizado		
Aquisição de imobilizado	(6.632)	(6.063)
Aquisição de intangível	(226)	-
Variação de aplicações financeiras sem liquidez imediata	331	5.702
Fluxo de caixa originado (aplicado) de atividades de investimento	(6.527)	(361)
Atividades de financiamento		
Captações de empréstimos	144.210	132.764
Pagamento de empréstimos, incluindo juros	(154.490)	(152.037)
Fluxo de caixa aplicado em atividades de financiamento	(10.280)	(19.273)
Variação líquida de caixa e equivalentes a caixa	(37)	(366)
Caixa e equivalentes no início do exercício	82	448
Caixa e equivalentes no fim do exercício	45	82

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Demonstração de valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais

	2013	2012
Receitas	185.366	146.016
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	186.025	146.373
Outras receitas	70	475
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(729)	(832)
Insumos adquiridos de terceiros	(77.771)	(60.457)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(36.051)	(23.057)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(44.692)	(37.177)
Outras	2.972	(223)
Valor adicionado bruto	107.595	85.559
Depreciação e amortização	(6.352)	(6.479)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	101.243	79.080
Valor adicionado recebido em transferência	3.364	3.389
Receitas financeiras	3.364	3.389
Valor adicionado total a distribuir	104.607	82.469
Pessoal	47.940	41.043
Remuneração direta	39.292	33.286
Benefícios	6.018	5.533
F.G.T.S	2.630	2.224
Impostos, taxas e contribuições	42.640	33.990
Federais	20.793	18.287
Estaduais	21.768	15.592
Municipais	79	111
Remuneração de capitais de terceiros	20.036	22.985
Juros	19.257	22.338
Aluguéis	779	647
Remuneração de capitais próprios	(6.009)	(15.549)
Prejuízo do período	(6.009)	(15.549)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Informações gerais

Fundada em abril de 1946, a Metalúrgica Riosulense S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil, Rua Emílio Adami, 700, Barra do Trombudo, CEP 89.164-910, onde se localiza também sua unidade fabril e tem como principal atividade a fabricação de peças e acessórios de alta precisão para veículos automotores e correlatos, através da fundição metais ferrosos e não ferrosos, com fornecimento para o mercado interno e externo de montadoras e reposição. A Companhia tem suas ações negociadas na BM&FBovespa sob o código “ON RSUL3” e “PN RSUL4”.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresenta um passivo circulante de R\$ 143.770 em contraposição ao ativo circulante de R\$ 49.776, gerando passivos circulantes superiores em R\$ 93.994 (R\$ 74.193 em 31 de dezembro de 2012).

Apoiado no planejamento estratégico para os próximos anos, a Companhia vem adotando diversas ações para recuperação de sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, destacando-se as seguintes frentes de trabalhos:

a) Reestruturação do sistema de gestão produtiva: Aperfeiçoamento do controle interno do processo de planejamento da produção, treinamento dos profissionais, integração entre as áreas produtivas, harmonizando o fluxo de produção e gerando estabilidade dos processos produtivos, resultando na redução de custos fixos e variáveis.

b) Ampliação da participação no mercado: Ampliação dos mercados e produtos já existentes e desenvolvimento de novos mercados e novos produtos, através das tecnologias disponíveis no parque fabril, ampliando principalmente a participação da Companhia no mercado interno de reposição.

c) Despesas financeiras: Alongamento do endividamento da Companhia através da captação de novas linhas de créditos, harmonizando as despesas financeiras e equilibrando o resultado da Companhia.

Além destas ações, a Companhia continuará com a estratégia de contenção de gastos, cujos limites estão enquadrados no planejamento orçamentário anual e, também continuará controlando os novos investimentos.

A Administração também está fortemente focada no gerenciamento do fluxo de caixa com a renegociação das dívidas tributárias e de dívidas com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas para emissão de acordo com reunião com Conselho de Administração que ocorreu em 31 de março de 2014.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. Para melhor apresentação do fluxo de caixa, certos valores correspondentes, cujo o montante não é representativo para a demonstração financeira referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram reclassificados.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações.

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.1 Transações em moedas estrangeiras – continuação

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional (Reais - R\$) em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, banco conta vinculada, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo;

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente - continuação

- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço, e as variações no valor justo são registradas ao resultado.

Quando um instrumento financeiro derivativo não é mantido para negociação, e não é designado em um relacionamento de hedge que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

2.4 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.5 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. A Companhia realiza, anualmente, teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para redução ao valor recuperável nas datas dos balanços.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.7 Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment" (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para perda no recebimento de créditos, a qual está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. As provisões de estoques para baixa rotatividade e obsolescência são mensuradas com base em relatórios auxiliares que compreendem movimentação dos estoques e reposição desses no mercado e são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo encargos financeiros de empréstimos que financiaram a aquisição ou construção desses ativos, quando aplicável. Os ativos imobilizados são apresentados deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Grupo patrimonial	Prazo
Edifícios e dependências	33 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Equipamentos de informática	7 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Veículos	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico. Os itens de intangíveis mantidos pela Companhia, são:

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.11 Intangível - continuação

a) Marcas e patentes

Correspondem ao custo de registro para o uso de marcas e patentes que são concedidos por períodos indefinidos, assim, consideradas como de vida útil indefinida e sujeito a teste de recuperabilidade anualmente.

b) Programas de computadores (licenças de softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, que geralmente apresentam uma taxa de amortização de 20% ao ano.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

2.12 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.13 Empréstimos e financiamentos - continuação

Arrendamentos financeiros

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando qualificáveis são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia não possui nenhum ativo qualificável para a capitalização dos juros.

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.14 Provisões

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para litígios (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.15 Reconhecimento da receita - continuação

Venda de produtos e serviços

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos pelo curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece receita quando:

- i) Ocorrer à transferência para o comprador dos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens;
- ii) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- iii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- iv) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com as vendas tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo do cliente, o tipo de transação e as especializações de cada venda.

2.16 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.16 Impostos

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7%, 12%, 17% e 25%
IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados	5% a 12%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,6%
INSS – Instituto Nacional Seguridade Social	1%

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.17 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício social.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

Não existem itens que possam gerar diferenças relevantes entre o lucro (prejuízo) básico e o diluído.

2.18 Novos pronunciamentos contábeis

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

- CPC 46 Mensuração a valor justo
O CPC 46 estabelece uma única fonte de orientação nos CPCs para todas as mensurações a valor justo e não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com os CPCs. A aplicação do CPC 46 não afetou significativamente as mensurações a valor justo do Grupo.

Pronunciamentos contábeis ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando as mesmas se tornarem efetivas.

- IFRS 9 Instrumentos financeiros
Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, trata da classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros conforme definido na IAS 39.
- IAS 32 Compensação de ativos e passivos financeiros – Revisões da IAS 32
Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, esclarece conceitos e critérios de aplicação da norma.
- IFRS 10 e outros Entidades de investimento (revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)
Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, as revisões fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para entidades de investimento.

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.19 Novos pronunciamentos contábeis – continuação

IFRIC 21	<u>Tributos</u> Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, clarifica o momento em que o passivo de tributos é registrado, quando o fato gerador é contingente.
IAS 39	<u>Renovação de derivativos e continuação de contabilidade de hedge</u> Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, ameniza da descontinuação da contabilidade de hedge quando certos critérios são atingidos.

Não se espera que essas alterações causem impacto significativo sobre a posição financeira e desempenho da Companhia.

2.20 Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e Medida Provisória 627 (MP 627)

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014

3. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Avaliação do valor justo das propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor mercado dada a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade.

3. Julgamento e uso de estimativas contábeis – continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Julgamento e uso de estimativas contábeis – continuação

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas, são:

- a) análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos,
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) constituição de provisão para perdas nos estoques.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa	-	-
Banco conta movimento	45	82
Total de caixa e equivalente a caixa	45	82

5. Aplicações financeiras

	2013	2012
Banco conta corrente vinculada a empréstimos	564	878
Fundo de liquidez – CDB	2	2
Títulos de capitalizações	25	42
Total de bancos e aplicações financeiras	591	922
Circulante	206	41
Não circulante	385	881

Em 31 de dezembro de 2013 as aplicações financeiras estavam mantidas em CDBs, sendo remuneradas por taxas de 75% a 95% do CDI (75% a 95% do CDI em 31 de dezembro de 2012). Tais taxas podem ter referência diária ou mensal, dependendo a característica da aplicação na instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui um saldo de R\$ 564 bloqueados e mantidos como garantia para os empréstimos contratados (R\$ 878 em 31 de dezembro de 2012).

6. Clientes

	2013	2012
Contas a receber de clientes mercado interno	17.304	14.300
Contas a receber de clientes mercado externo	4.998	6.483
Total do contas a receber	22.302	20.783
Provisão para devedores duvidosos	(2.012)	(1.283)
Total de clientes	20.290	19.500

Contas a receber de clientes por idade de vencimento

	2013	2012
Títulos a vencer superior a 90 dias	571	181
Títulos a vencer até 90 dias	16.238	13.479
Vencidos em até 90 dias	2.016	1.553
Vencidos de 90 a 180 dias	473	306
Vencidos superior a 180 dias	3.004	5.264
Contas a receber de clientes	22.302	20.783

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

Movimentação provisão para devedores duvidosos

	2013	2012
Saldo no início do exercício	(1.283)	(451)
Adições	(1.220)	(882)
Baixas	491	50
Saldo no final do exercício	(2.012)	(1.283)

7. Estoques

	2013	2012
Produtos acabados	10.009	7.957
Mercadorias para revenda	2.874	1.777
Mercadorias em consignação	-	2
Produtos em elaboração	2.384	3.156
Matéria prima	5.122	4.702
Almoxarifado	4.205	4.273
Provisão para estoques obsoletos	(747)	(492)
Total dos estoques	23.847	21.375

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

7. Estoques - continuação

Movimentação Provisão para estoques obsoletos	2013	2012
Saldo no início do exercício	(492)	(232)
Adições	(255)	(260)
Baixas	-	-
Saldo no final do exercício	(747)	(492)

8. Impostos a recuperar

	2013	2012
PIS a recuperar	467	595
COFINS a recuperar	1.708	2.285
ICMS a recuperar	1.876	1.000
IRRF a recuperar	117	107
Total impostos a recuperar	4.168	3.987
Circulante	4.051	3.875
Não circulante	117	112

9. Propriedades para investimento

	2013	2012
Terrenos mantidos para investimentos	13.678	13.678
Total propriedades para investimento	13.678	13.678

As propriedades para investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por Companhia especializada e independente em 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia realizou as avaliações para as propriedades para investimentos efetuadas por consultores independentes especialistas nesse ramo. As principais premissas utilizadas pelos especialistas para apurar o valor do imóvel pelo método involutivo, foram as seguintes:

- Taxa de Ocupação: 65%.
- Área mínima por lote: 360m².
- Custo de implantação: 33% do valor avaliado.
- Tempo de venda: Até 3 anos.
- Tempo de implantação: Até 12 meses.
- Impostos e taxas de corretagem: Aplicado de acordo com a legislação vigente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve variações significativas das premissas e, conseqüentemente, alteração do valor justo dos imóveis em relação à 31 de dezembro de 2012. Desta forma, não houve a necessidade de registrar ganhos/perdas ao resultado do exercício.

10. Imobilizado

	Terrenos	Edifício e dependências	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa anual de depreciação	-	3%	5%	14%	10%	10%	-	
Saldo em 31/12/2011	34.952	20.592	59.477	752	472	425	3.077	119.747
Adições	-	-	2.022	21	8	7	4.005	6.063
Baixas	-	-	(9)	(17)	-	-	(578)	(604)
Transferências	-	206	1.293	(27)	22	48	(1.542)	-
Depreciação	-	(603)	(5.442)	(210)	(92)	(95)	-	(6.442)
Baixas da depreciação	-	-	6	13	-	-	-	19
Saldo em 31/12/2012	34.952	20.195	57.347	532	410	385	4.962	118.783
Adições	-	-	1.513	38	20	1	5.060	6.632
Baixas	-	-	(59)	-	-	-	(1.635)	(1.694)
Transferências	-	1.497	1.646	76	80	52	(3.351)	-
Depreciação	-	(638)	(5.303)	(178)	(90)	(93)	-	(6.302)
Baixas da depreciação	-	-	9	-	-	-	-	9
Saldo em 31/12/2013	34.952	21.054	55.153	468	420	345	5.036	117.428

Nas demonstrações financeiras a depreciação foi registrada no resultado do exercício totalizando R\$ 6.302, sendo R\$ 6.145 classificadas como custos, R\$ 48 como despesas comerciais e R\$ 109 como despesas administrativas (R\$ 6.267, R\$ 58, R\$ 117, respectivamente em 2012).

Os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do Imobilizado, em sua maior parte por imóveis, máquinas e equipamentos, conforme nota explicativa de empréstimos. Baixas de imobilizado em andamento referem-se a venda de ferramental.

11. Intangível

	Marcas e Programas de patentes computador		Total
Taxa anual de amortização	-	20%	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2	352	354
Amortizações	-	(37)	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2	315	317
Adições	13	213	226
Amortizações	-	(50)	(50)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	15	478	493

A despesa com amortizações totalizam R\$ 50, e foi registrada ao resultado como R\$ 33 em “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 1 como “despesas comerciais” e o montante de R\$ 16 como “despesa administrativas” para o exercício findo 31 de dezembro de 2013 (R\$ 27, R\$ 1, R\$ 9, respectivamente em 2012).

12. Fornecedores

	2013	2012
Fornecedores de mercadorias	8.907	13.140
Fornecedores de serviços	2.002	4.276
Total fornecedores	10.909	17.416

13. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Juros mensal	Garantias	2013	2012
Capital de Giro	1,27%+CDI e 185% do CDI	Duplicata/Hipototeca/ Trava	36.149	43.737
ACC	9% ao ano	Aval	6.121	1.289
Conta Garantida	2,06% +CDI	Duplicata	1.622	2.836
Empréstimo	0,33% a 0,56% + TJLP	Hipototeca	4.463	5.499
Finame/Finep	0,21% a 0,41% + TJLP	Alienação Fiduciária	2.093	3.744
Financiamentos	1,72% a 1,90%	Alienação Fiduciária	-	498
Leasing	0,66% a 1,74%	Alienação Fiduciária	127	326
Prodec	4% ao ano		11.444	14.100
Limite	2,7% a 9,4% ao ano		395	428
Total de empréstimos e financiamentos			62.414	72.457
Circulante			34.567	34.882
Não circulante			27.847	37.575
Por data de vencimento			2013	2012
Em até 6 meses			27.075	23.097
De 6 meses a 1 ano			7.492	11.785
De 1 a 2 anos			12.521	12.969
De 2 a 3 anos			5.419	13.021
De 3 a 4 anos			6.110	6.264
Acima de 4 anos			3.797	5.321
Total de empréstimos e financiamentos			62.414	72.457

Os contratos mantidos com as instituições financeiras não apresentam cláusulas restritivas. ("Covenants")

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	2013	2012
Salários a pagar	1.939	1.479
Provisão de férias a pagar e 13 salário	4.022	3.238
INSS a recolher	35.405	24.124
FTGS a recolher	219	550
IRRF sobre salários recolher	5.394	2.329
Outros	313	1.675
Total obrigações sociais e trabalhistas	47.292	33.395

15. Obrigações tributárias

	2013	2012
PIS	3.510	1.871
COFINS	16.627	8.993
ICMS	11.970	9.226
Outros	303	171
Total obrigações sociais e trabalhistas	32.410	20.261

16. Parcelamento tributário

	2013	2012
PIS	1.229	1.174
COFINS	5.587	5.327
ICMS	3.363	3.843
INSS	12.253	11.670
FGTS	1.159	129
Outros	3.831	2.697
Total parcelamento tributário	27.422	24.840
Circulante	17.506	12.381
Não circulante	9.916	12.459

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social corrente - conciliação com o resultado

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro real. A provisão para imposto de renda foi constituída com alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e da contribuição social com alíquota de 9%.

	2013	2012
Prejuízo antes dos impostos	(8.948)	(22.979)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal	3.042	7.813
Efeito sobre diferenças permanentes		
Brindes	(42)	(49)
Propaganda	-	(98)
Multas	(64)	(235)
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	3	(1)
Imposto de renda e contribuição social efetivo	2.939	7.430
Imposto de renda corrente	-	-
Imposto de renda diferido	2.939	7.430

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2013	2012
Prejuízos fiscais e base negativa de CSSL (i)	19.271	18.405
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	683	435
Provisão para estoque obsoleto	254	167
Provisão multas e juros (INSS, IRRF, PIS, COFINS, ICMS)	5.890	3.746
Provisão para demandas judiciais	1.147	1.241
Ativo diferido (Adoção CPC 04 - RTT)	11	62
Arrendamento mercantil (Adoção CPC 06 - RTT)	(464)	(443)
Custo atribuído (Adoção CPC 37 - RTT)	(17.213)	(17.865)
Depreciação societária (Adoção CPC 27 - RTT)	(3.337)	(2.404)
Propriedade para investimento (Adoção CPC 28 - RTT)	(3.976)	(3.976)
Reserva de reavaliação	(552)	(593)
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	1.714	(1.225)

17. Imposto de renda e contribuição social - continuação

(i) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

A Companhia apresenta prejuízo fiscal acumulado de R\$ 56.690 (R\$54.143 em 2012) e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de R\$ 56.650 (R\$54.104 em 2012) em 31 de dezembro de 2013, representando um crédito tributário de R\$ 19.271 (R\$18.405 em 2012). A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis pela mesma, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Com base nesse estudo a Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de CSSL no montante de R\$19.271 (R\$18.405 em 2012),

A expectativa de realização é a que segue:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2014	412	148	560
2015	357	128	485
2016	503	181	684
2017	876	315	1.191
2018	1.156	416	1.572
2019	1.733	624	2.357
2020	2.317	834	3.151
2021	2.630	947	3.577
2022	2.788	1.004	3.792
2023	1.400	502	1.902
Total prejuízo fiscal realizável	14.172	5.099	19.271

18. Provisão para litígios

A Companhia mantém provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para litígios constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destes litígios está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

	Trabalhista	Cíveis	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	130	1.725	-	1.855
Constituição de provisões	265	259	1.270	1.794
Reversão de provisões	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	395	1.984	1.270	3.649
Constituição de provisões	825	-	1.163	1.988
Reversão de provisões	(278)	(1.984)	-	(2.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	942	-	2.433	3.375
Depósitos judiciais relacionados	(308)	-	-	(308)

Adicionalmente a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como perdas possíveis, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2013
Ações trabalhistas	1.672
Ações cíveis	5
Ações tributárias	1.288
Total de perdas possíveis	2.965

Cabe ressaltar que tais valores tem cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas, ao menos uma vez ao ano a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar da situação de seus processos e, mensalmente, o departamento jurídico realizada as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no País, é de R\$ 9.214, sendo composto por 343.000 (trezentas e quarenta e três mil) ações ordinárias escriturais e 240.000 (duzentas e quarenta mil) ações preferenciais escriturais, totalizando 583.000 ações. As ações preferenciais, sem direito a voto nas assembleias gerais, gozam dos seguintes direitos e privilégios:

- a) Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
- b) Participação em igualdade de condições, com as demais ações, ressalvado o disposto no item "a", na distribuição de dividendos, no recebimento de bonificações provenientes da Reserva de Capital, de Reavaliação de Ativos, de Capitalização de Reservas de Lucro ou das utilizações de quais quer fundos.
- c) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de encerramento das atividades da Sociedade.
- d) Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, pelas mesmas condições desta alienação.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial refere-se ao custo atribuído ao imobilizado registrado na data de transição ao CPC/IFRS, que está sendo realizado contra Lucros Acumulados proporcionalmente a depreciação dos bens que lhe deram origem.

No exercício de 2013, foram realizados o montante de R\$ 1.344 (R\$ 1.395 em 31 de dezembro de 2012) referente reavaliação e custo atribuído e contabilizado na conta de lucros acumulados.

20. Transações e saldos entre partes relacionadas

O acionista controlador da Companhia é o Sr. João Stramosk, o qual possui 90% das ações ordinárias e 34,72% das ações preferenciais.

A Companhia mantém as seguintes transações com partes relacionadas.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Adiantamentos aos administradores (Ativo não circulante)	1.318	1.311
Pró-labore (Passivo circulante) (a)	549	264
Mutuo (Passivo circulante) (a)	64	301

- (a) Valores classificados em respectivamente em obrigações sociais e trabalhistas e em outras obrigações.

20. Transações e saldos entre partes relacionadas - continuação

As transações estabelecidas e acima apresentadas não preveem qualquer atualização sobre os termos firmados.

A Companhia mantém contrato de representação comercial com acionista. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram pagos R\$ 815 a título de comissão (R\$ 685 em 2012).

Remuneração dos administradores

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da Assembleia Geral Ordinária de 30.04.2013 e 30.04.2012 respectivamente, os montantes da remuneração anual paga ao pessoal chave da administração são divulgados a seguir, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	Membros	2013	2012
Conselho de administração	3	1.258	1.176
Diretoria administrativa	2	1.660	1.528
Previdência privada		6	5
		2.924	2.709

Em 31 de dezembro de 2013 a administração da Companhia era composta por 3 conselheiros e 2 diretores estatutários. Os membros do Conselho de Administração foram remunerados respeitando os limites aprovados pela AGE.

Não há benefícios de longo prazo, pós-emprego.

21. Receita de vendas

	2013	2012
Receita reposição/revenda mercado interno	81.360	62.668
Receita montadora mercado interno	90.269	67.508
Receita mercado externo	14.205	16.090
Receita venda sucata	191	107
Receita operacional bruta	186.025	146.373
(-) Deduções e abatimentos	(2.669)	(1.685)
(-) Impostos sobre as vendas	(47.933)	(35.315)
Receita operacional líquida	135.423	109.373

22. Despesas operacionais, por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelas normas contábeis, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por natureza	2013	2012
Custos dos produtos/serviços vendidos	(103.567)	(87.579)
Despesas com vendas e distribuição	(14.028)	(12.250)
Despesas gerais e administrativas	(7.568)	(9.744)
Total despesas por natureza	(119.183)	(104.973)

Despesa por função	2013	2012
Custos dos bens e serviços	(41.822)	(33.331)
Despesa com comissões	(5.328)	(4.746)
Despesa com fretes	(2.184)	(1.499)
Outras despesa com vendas	(2.039)	(1.857)
Despesa com folha de pagamento	(51.515)	(46.743)
Energia elétrica	(5.145)	(4.613)
Serviços de terceiros	(8.546)	(6.169)
Outras despesas administrativas	(2.232)	(4.136)
Despesa com depreciação e amortização	(6.352)	(6.479)
Total despesas por função	(119.183)	(104.973)

23. Outras receitas e despesas operacionais

	2013	2012
Recuperação de receita	2.972	1.811
Receita com venda de ativo imobilizado	6	3
Indenizações recebidas	24	29
Receitas diversas	40	464
Despesas diversas	(52)	(7)
Total outras receitas e despesas	2.990	2.300

24. Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras	2013	2012
Variação cambial ativa	2.323	2.220
Empréstimos subsidiados	860	986
Receitas sobre aplicação financeira	45	26
Juros recebidos	107	134
Descontos obtidos	23	17
Outras receitas financeiras	6	6
Total receitas financeiras	3.364	3.389

Despesas financeiras	2013	2012
Multa e juros sobre empréstimos e financiamentos	(11.080)	(14.218)
Multa e juros sobre fornecedores	(1.356)	(1.318)
Multa e juros sobre impostos	(9.540)	(8.987)
Variação cambial	(2.874)	(2.676)
Descontos concedidos	(9)	(45)
IOF	(168)	(347)
Outras despesas	(535)	(877)
Total despesas financeiras	(25.562)	(28.468)
Resultado financeiro líquido	(22.198)	(25.079)

25. Prejuízo por ação

A Companhia apresenta o mesmo valor do resultado, básico e diluído, por não possuir ações potenciais diluídas:

	2013	2012
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(6.009)	(15.549)
Ações ordinárias em poder dos acionistas (em ações)	343.00	343.00
Ações preferenciais em poder dos acionistas (em ações)	0	0
Resultado básico e diluído por ação ordinária – R\$	(10,31)	(26,67)
Resultado básico e diluído por ação preferencial – R\$	(10,31)	(26,67)

26. Objetivos e políticas para gestão de riscos de instrumentos financeiros

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

Aplicações financeiras: Os Certificados de Depósitos Bancários são classificados como mantidos para negociação e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos: São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas pré-fixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.

Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes.

Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis.

Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

a) Risco de taxas de câmbio

A Companhia administra os riscos de mercado através de hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário Provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas demonstrações. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário Remoto, em 50%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito de variação cambial na demonstração de resultado. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição ao câmbio.

26. Objetivos e políticas para gestão de riscos de instrumentos financeiros - continuação

a) Risco de taxas de câmbio - continuação

	Moeda	2013	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
Ativos								
Contas a receber	US\$	2.134	2,40	124	3,00	1.404	3,60	2.685
Passivos								
Financiamentos	US\$	3.053	2,40	(175)	3,00	(2.007)	3,60	(3.839)
Efeito no resultado				(51)		(603)		(1.154)

A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por adiantamentos de contrato de câmbio) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma fará frente à eventual perda cambial futura.

b) Risco de taxa de juros

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles atrelados à TJLP e os contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros.

	Indexador	2013	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado
Aplicações Financeiras								
CDB's		589	11,50%	68	14,38%	85	17,25%	102
Financiamentos								
Capital de giro/Financ.	CDI	37.262	11,50%	(4.285)	14,38%	(5.356)	17,25%	(6.428)
Badesc	TJLP	4.463	6,25%	(279)	7,81%	(349)	9,38%	(418)
BNDES	TJLP	12	6,25%	(1)	7,81%	(1)	9,38%	(1)
Prodec	-	11.444	2,00%	(229)	2,00%	(229)	2,00%	(229)
Finep	-	2.081	5,00%	(104)	5,00%	(104)	5,00%	(104)
Efeito no resultado				(4.830)		(5.954)		(7.078)

26. Objetivos e políticas para gestão de riscos de instrumentos financeiros - continuação

c) Risco de crédito

A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões e limites de crédito, adotando, quando necessário, o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições julgada com baixo risco pela administração.

d) Risco de preço dos materiais

Para se proteger do risco de perdas com flutuações nos preços dos materiais, a administração da Companhia mantém sua estratégia focada no controle físico dos estoques, adotando a política de estocagem na eminência de elevações significativas no preço da matéria-prima, e de baixas posições de estoque na situação inversa.

e) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas.

26. Objetivos e políticas para gestão de riscos de instrumentos financeiros - continuação

g) Derivativos

A Companhia, em novembro de 2010, contratou 16 operações de swaps (NDF – Non Deliverable Forwards) no total de US\$ 194 mil, relativo aos juros de uma operação de crédito denominada Cédula de Crédito à Exportação (NCE), com o objetivo de mitigar riscos da desvalorização da moeda Real frente ao Dólar Norte Americano. Essa operação faz com que esses juros, inicialmente sujeito a variação da moeda norte americana, se convertam em Reais, ou seja, passam a representar o montante de R\$ 875 mil fixos vencíveis até novembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2013 restam 4 operações que representa o montante de US\$ 14 mil (R\$ 64 mil fixos). Os valores em Reais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, em setembro de 2011, a Companhia contratou outras 16 operações de swaps (NDF – Non Deliverable Forwards) no total de US\$ 747 mil com o mesmo objetivo citado no parágrafo anterior. A Companhia vem reconhecendo a variação dos instrumentos financeiros no resultado do período. Essa operação faz com que esses juros, inicialmente sujeito a variação da moeda norte americana, se convertam em Reais, ou seja, passam a representar o montante de R\$ 3.328 mil fixos vencíveis até novembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2013 restam 7 operações que representa o montante de US\$ 305 mil (R\$ 1.563 mil). Os valores em Reais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

27. Informação por segmento

Em função da concentração de suas atividades, descritas na Nota 1, Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia são comercializados através de diferentes canais de distribuição e não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda;
- a sua unidade fabril é única para todos os produtos;

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita líquida e o custo por canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

27. Informação por segmento - continuação

	Reposição		Montadora		Exportação		Total	
	2013	2012	2013	32012	2013	2012	2013	2012
Receita líquida	50.302	41.306	71.477	52.454	13.644	15.613	135.423	109.373
Custos sobre vendas	(31.523)	(27.844)	(59.274)	(44.561)	(12.770)	(15.174)	(103.567)	(87.579)
Lucro (prejuízo)	1.882	(3.671)	(6.199)	(9.549)	(1.692)	(2.329)	(6.009)	(15.549)

A receita do mercado externo e interno está demonstrada na Nota 21.

A companhia possui 3 clientes que individualmente representam aproximadamente 39% das vendas os quais destacamos: i) Mercedes-Benz do Brasil Ltda; ii) International Indústria Automotiva da América do Sul Ltda; e, iii) Scania Latin America Ltda.

28. Cobertura de seguros

A Companhia trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador. As premissas são de responsabilidade da administração da Companhia. Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Casco (avaliado pela tabela FIPE) Incêndio, inclusive quando decorrente de tumulto, explosão de qualquer natureza e queda de raio, desde que ocorrida dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados, danos elétricos, lucros cessantes, responsabilidade civil do empregador e operações, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e aéreos e fumaça.	Veículos Prédio / Maquinismo / Móveis e Utensílios / Mercadorias e Matérias-primas	R\$ 200 R\$ 80.000	Diversos De 18/03/201 3 a 18/03/201 4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.
Rio do Sul, SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Metalúrgica Riosulense S.A., (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metalúrgica Riosulense S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Nível de endividamento

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 6.009 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 93.994 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na Nota Explicativa 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores e a realização de seus impostos diferidos. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na Nota Explicativa 1.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Blumenau (SC), 31 de março de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC SP-015199/O-6 S-SC

Luis C. Souza
Contador CRC- 1-SC 021.585/O-4

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com as disposições na Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu e revisou as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, e concordou com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes.